

PROCEDIMENTO N.º 031-P-CP/2025 CPF

CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E/OU ESPECIALIDADES PARA OBRAS DESTINADAS A HABITAÇÃO NO ÂMBITO DO ACORDO-QUADRO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO/REVISÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E/OU ESPECIALIDADES PARA OBRAS DESTINADAS A HABITAÇÃO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

CONVITE

fevereiro/2025

ÍNDICE

1.	OBJETO DO PROCEDIMENTO	3
2.	ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3.	DECISÃO DE CONTRATAR	3
4.	PLATAFORMA ELETRÓNICA E FORMA DE COMUNICAÇÃO	3
5.	PREÇO BASE	3
6.	PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	Erro! Marcador não definido.
7.	ENTIDADES CONVIDADAS	4
8.	ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS NO CONCURSO E ERROS E OMISSÕES	4
9.	PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
10.	PROPOSTAS VARIANTES	5
10.	DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA	5
11.	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	6
12.	ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS	6
13.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
14.	DISPENSA DE RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA	7
15.	EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS	7
16.	NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO	8
17.	HABILITAÇÃO	8
18.	CAUÇÃO	9
19.	CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO	10
20.	CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO	10
21.	FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	10
22.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	11
	ANEXOS	12
	ANEXO I	13
	ANEXO II	15
	ANEXO III	16

1. OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 1.1 A presente Consulta Prévia tem por objeto a formação do contrato de Aquisição de Serviços para Elaboração de Estudos Prévios de reabilitação de imóveis e construção de edifícios para habitação no âmbito do PLH PARTE 1, no âmbito do Acordo Quadro n.º 2/2023 da Central de Compras Eletrónicas – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CCE CIMLT) celebrado na sequência do Concurso Público n.º 05/2022/CCE, para a Prestação de Serviços de Elaboração e Revisão de Projetos de Arquitetura e/ou Especialidades para obras destinadas a Habitação na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo”.
- 1.2 A Consulta Prévia é adotada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 259.º do CCP.
- 1.3 A Consulta Prévia rege-se pelo disposto nas peças do procedimento do Acordo-Quadro acima identificado, pelo presente Convite e Caderno de Encargos, bem como pelo disposto nas disposições legais aplicáveis.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Santarém, pessoa coletiva n.º 505941350, com sede na Praça do Município, 2005-245 Santarém, com os seguintes contactos:

- a) Endereço eletrónico: geral@cm-santarem.pt
- b) Número de telefone: 243 304 200;

3. DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Sr. Presidente da Câmara, João Teixeira Leite, datado de 03/02/2025.

4. PLATAFORMA ELETRÓNICA E FORMA DE COMUNICAÇÃO

A presente Consulta Prévia decorre através de plataforma eletrónica de compras com o seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt

5. PREÇO BASE

- 5.1 O Preço Base para efeitos da presente Consulta Prévia é de €16.795,80 (dezassex mil, setecentos e noventa e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 5.2 Todos os preços unitários a apresentar pelos Concorrentes nas respetivas propostas devem ser iguais ou inferiores aos preços unitários apresentados no âmbito do Acordo-Quadro, sob pena de exclusão da sua proposta.

6. ENTIDADES CONVIDADAS

Nos termos do disposto no n.º 4 da Cláusula 12ª do Caderno de Encargos do procedimento para contratação do Acordo-Quadro, são convidados a apresentar proposta os cocontratantes integrados no Grupo 2, de acordo com a indicação da CIMLT, em respeito pela ordem determinada nos termos do Anexo III do referido Caderno de Encargos.

7. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS NO CONCURSO E ERROS E OMISSÕES

- 7.1 Deverão ser apresentados, por escrito, através da plataforma eletrónica indicada no número 4, todos os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 7.2 No mesmo prazo e pela mesma forma, devem os interessados apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados, em conformidade com o disposto nos números 2 e 3 do artigo 50.º do CCP.
- 7.3 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas os interessados serão notificados:
- a) da prestação dos esclarecimentos solicitados;
 - b) da pronúncia sobre os erros e omissões identificados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- 7.4 Quando os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado.

- 7.5** O órgão competente para a decisão de contratar poderá oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, bem como prestar os esclarecimentos que entender necessários, nos termos do n.º 7 do artigo 50.º do CCP.
- 7.6** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e das omissões detetadas serão disponibilizados na plataforma eletrónica indicada no número 4 e juntos às peças do procedimento, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados dos mesmos.
- 7.7** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e das omissões fazem parte integrante das peças de procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As Propostas deverão ser entregues até às 17:00 horas do 9.º dia após a data do envio do Convite, através da plataforma eletrónica referida no número 4 do presente Convite.

9. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

10. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

- 10.1** Para apresentação da proposta é necessário o preenchimento na plataforma eletrónica da matriz de quantidades e gerar o Formulário Principal, bem como a anexação dos seguintes documentos, todos assinados por representante que tenha poderes para obrigar o concorrente, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP e submetidos mediante aposição de assinatura eletrónica qualificada:

- a)** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com o modelo constante no Anexo I a este Convite;
- Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

- b) Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (aplicável apenas nos casos em que o certificado digital não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura), para os efeitos do disposto no n.º 7 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- c) Proposta de preço, elaborada de acordo com o modelo constante no Anexo II a este Convite;
- d) Lista nominativa da totalidade da equipa técnica a alocar à prestação de serviços tendo em conta os serviços/projetos concretos a contratar.

10.2 Os preços indicados na Proposta de Preço referida na alínea b) do número anterior deverão ser expressos em Euros, em algarismos e por extenso.

11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo de manutenção das propostas é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

12. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

- 12.1** A entidade adjudicante pode pedir aos Concorrentes convidados quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, fixando prazo para o efeito.
- 12.2** Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes convidados fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
- 12.3** A entidade adjudicante, por sua iniciativa, deve solicitar que os Concorrentes, no prazo máximo de 2 (dois) dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais não essenciais da documentação das suas propostas.
- 12.4** Os pedidos formulados nos termos dos números 12.1 e 12.3, bem como as respetivas respostas devem ser disponibilizadas na plataforma eletrónica, devendo todos os Concorrentes ser notificados desse facto.

13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1 A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de preço mais baixo.

13.2 Em caso de empate o desempate realizar-se-á por recurso a sorteio nos seguintes termos:

- i. O Júri notifica, os concorrentes em situação de empate, assim como os restantes interessados, caso existam, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias, da data, hora e local da realização do sorteio.
- ii. A cada concorrente em situação de empate, é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes,
- iii. Numa tombola, são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração,
- iv. Do sorteio realizado será lavrada uma ata, que será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
- v. Será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

14. DISPENSA DE RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA

Nos termos do n.º 3 do artigo 259º do Código dos Contratos Públicos, uma vez que adjudicação da proposta é determinada apenas com base no preço da aquisição de serviços, fica dispensada a elaboração de relatório final e de audiência prévia.

15. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

Para além dos casos previstos nos artigos 70.º e 146.º do Código dos Contratos Públicos, são ainda excluídas as propostas relativamente às quais se verifique qualquer das seguintes situações:

- a) Não contenham os elementos exigidos no n.º 10 do presente Convite;
- b) violem os requisitos fixados ou aspetos essenciais das peças do presente procedimento (Convite e Caderno de Encargos) ou das peças do procedimento tendente à celebração do Acordo-Quadro (Programa e Caderno de Encargos), em especial, no que respeita à obrigatoriedade de alocação de elementos técnicos profissionais a que o cocontratante se

vinculou com a proposta apresentada no procedimento tendente à celebração do Acordo-Quadro;

- c) Não obedecem aos termos e condições fixados na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- d) Violam quaisquer disposições legais ou regulamentares aplicáveis;
- e) Revelem a existência de práticas restritivas da concorrência.

16. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

16.1 A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Cocontratantes convidados, acompanhada da classificação final das propostas à luz do critério de adjudicação.

16.2 Notificado da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve:

- a) Apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos no número 18;
- b) Confirmar, se aplicável, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos da proposta adjudicada;
- c) Prestar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a caução exigida no presente Convite, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente (caso aplicável);
- d) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) úteis, caso pretenda reclamar do respetivo conteúdo.

17. HABILITAÇÃO

17.1 O adjudicatário deve submeter na plataforma eletrónica indicada no número 4, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme Anexo III ao presente Convite;
- b) Certidão do Registo Criminal da Empresa e dos respetivos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
- c) Declaração comprovativa de se encontrar regularizada a situação relativamente às contribuições para a Segurança Social em Portugal;

- d) Certidão emitida pela Repartição de Finanças da área da sede ou domicílio fiscal, da qual conste que tem a situação tributária regularizada, nos termos do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de setembro;
- e) Declaração sob compromisso de honra emitida por cada um dos elementos técnicos profissionais a integrar a Equipa Técnica a afetar à execução das prestações do contrato a executar ao abrigo do Acordo-Quadro, através da qual estes se comprometem a executar as prestações do contrato adjudicado ao concorrente;
- f) Declarações emitidas pelas associações ou ordens profissionais relativamente a cada um dos elementos da equipa técnica que comprovem que esses elementos são titulares das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações do contrato considerando que se trata de obras da Categoria IV.
- g) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>).
- h) Certidão do teor e de todas as inscrições em vigor da matrícula da sociedade (no caso de ser individual não se aplica) emitida pela Conservatória do Registo Comercial ou autorização para consultar a certidão permanente;
- i) Identificação completa (B.I./C.C) de quem representa a sociedade na assinatura do contrato

17.2 Se o adjudicatário for um agrupamento, os documentos previstos no n.º 17.1 deverão ser apresentados por todos os seus membros.

17.3 Todos os documentos de habilitação do adjudicatário têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

17.4 A entidade adjudicante notifica, em simultâneo, todos os Concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário.

18. CAUÇÃO

18.1 Para a celebração de contratos cujo preço contratual seja inferior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros) é dispensada a prestação de caução, sendo os pagamentos objeto de retenção de 5% do respetivo valor nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

19. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

19.1 Não há lugar a adjudicação quando:

- a)** Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
- b)** Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c)** Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d)** Circunstâncias supervenientes, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

19.2 A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os Concorrentes.

20. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a)** Por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos números 1, 2 e 4 do artigo 86.º e no artigo 87.º do Código dos Contratos Públicos;
- b)** O Adjudicatário não prestar caução nos termos do n.º 19 do presente Convite;
- c)** O Adjudicatário não apresentar as declarações de compromisso referidas na alínea b) do n.º 16.2 do presente Convite;
- d)** Por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não assinar o contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos números 1 e 2 do artigo 105.º do Código dos Contratos Públicos;
- e)** Se verificar a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração de contratos, nomeadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do Adjudicatário ou por insolvência deste.

21. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

O MUNICÍPIO comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a assinatura do contrato.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso neste Convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação aplicável.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

O presente procedimento foi objeto, em 30/01/2025, de prévia cabimentação no orçamento do Município de Santarém na rubrica económica 020214 (Estudos, pareceres, projetos e consultadoria) afeta à unidade orgânica 0102 (Câmara Municipal) e está prevista no ponto 2.41.2021/31 das Grandes Opções do Plano, com o seguinte número sequencial de cabimento 32249, em anexo.

ANEXOS

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇO

_____ (nome do Concorrente), com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social de _____, representado(a) pelos Senhores _____ e _____, na qualidade respetivamente de _____ e _____ compromete-se a realizar os serviços referentes ao procedimento ref.ª _____, no cumprimento do estabelecido no Caderno de Encargos, pelo preço contratual de _____ Euros (_____ euros), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimimentos de erros e omissões que foram identificados e aceites pelo MUNICÍPIO, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 e no n.º 7, ambos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Data

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽⁵⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁶⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽⁷⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁸⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁹⁾].

⁽⁵⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽⁶⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁷⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁸⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁹⁾ Nos termos do disposto nos números 4 e 5 do artigo 57.º